**ASSOCIAÇÃO JUINENSE DE ENSINO SUPERIOR VALE DO JURUENA - AJES
INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO VALE DO JURUENA - ISE
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO, SUPERVISÃO E ORIENTAÇÃO ESCOLAR.**

8,5

**INCLUSÃO DAS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES EDUCATIVAS
ESPECIAIS – SONHO OU REALIDADE?**

ODILA MARIA CAMERA DE MELLO

ORIENTADOR: ILSO FERNANDES DO CARMO

**ASSOCIAÇÃO JUINENSE DE ENSINO SUPERIOR VALE DO JURUENA - AJES
INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO VALE DO JURUENA - ISE
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO, SUPERVISÃO E ORIENTAÇÃO ESCOLAR.**

**INCLUSÃO DAS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES EDUCATIVAS
ESPECIAIS – SONHO OU REALIDADE?**

ODILA MARIA CAMERA DE MELLO

ORIENTADOR: ILSO FERNANDES DO CARMO

*“Trabalho monográfico apresentado
como exigência parcial para a
obtenção do título de Especialização
em Gestão, Supervisão e Orientação
Escolar”.*

COLORADO DO OESTE/2007

AGRADECIMENTO

Agradeço a Deus, que me concede sabedoria e discernimento na minha profissão. Aos amigos que juntos construímos saberes necessários ao exercício da cidadania.

DEDICATÓRIA

*Dedico à minha família que me fortaleceu nos
momentos difíceis da caminhada. Aos
professores, que me ajudaram a construir
novos saberes.*

**ASSOCIAÇÃO JUIENSE DE ENSINO SUPERIOR VALE DO JURUENA - AJES
INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO VALE DO JURUENA - ISE
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO, SUPERVISÃO E ORIENTAÇÃO ESCOLAR.**

BANCA EXAMINADORA

ILSO FERNANDES DO CARMO

Prof. Orientador

RESUMO

O sucesso da inclusão de alunos com deficiência na escola regular decorre, portanto, das possibilidades de se conseguir progressos significativos desses alunos na escolaridade, por meio da adequação das práticas pedagógicas à diversidade dos aprendizes. Esse sistema contrapõe-se à melhoria do ensino nas escolas, pois mantém ativo, o ensino especial que atende aos alunos que não conseguem corresponder às exigências e expectativas da escola regular. É um compromisso inadiável das escolas, pois a educação básica é um dos fatores do desenvolvimento econômico e social. A escola aberta para todos é a grande meta e, ao mesmo tempo, o grande problema da educação na virada do século. A escola, depois da família, é o espaço fundamental para o processo de socialização da criança. As segregações vivenciadas pelas pessoas com deficiência em consequência da não aceitação e da dificuldade de crianças e adultos em lidar e conviver com o portador de deficiência acontece também por causa da desinformação generalizada da sociedade a respeito das deficiências. A integração dos deficientes poderia começar na infância. A formação do aluno tem início na educação infantil, de 0 a 6 anos, em creches e em turnos de pré-escolar, no ensino fundamental. O objetivo da pesquisa e a elaboração do Projeto Integração e Inclusão, das Pessoas Portadoras de Necessidades Educativas Especiais visando atender as necessidades que surgem de imediato ao se tratar de assunto que pouco conhecemos, e sabemos o quanto é importante para a formação de uma sociedade, incluir as PPNEE dentro do Projeto Político Pedagógico, visando atender todos de

maneira eficiente, dando o direito de ser cidadãos, de viver em uma sociedade com decência, sobretudo pela informação.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
CAPÍTULO. I	
BREVE HISTÓRICO DA INCLUSÃO	11
CAPÍTULO. II	
PRINCÍPIOS DA ESCOLA INCLUSIVA	15
2.1 – O que é uma escola inclusiva.....	18
2.2 – Os princípios da escola inclusiva.....	19
CAPÍTULO. III	
O DIREITO A EDUCAÇÃO/ O PAPEL DOS PAIS E EDUCADORES	22
3.1 – Os pais esperam: Os profissionais exigem.....	24
CAPÍTULO IV	
EDUCAÇÃO INCLUSIVA – UMA ESCOLA PARA TODOS	27
4.1 – Aspectos a serem considerados para uma política de Educação para todos com relação aos portadores de deficiência.....	27
4.1.1 – Com relação à família do portador de deficiência.....	28
4.1.2 – Com relação á sociedade.....	28
4.1.3 – Com relação à escola.....	28

4.2 – Pesquisa de Campo..... 28

4.2.1 – Depoimento da Profª. S.A.M.S..... 30

4.2.2 – Relatório..... 31

CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 33

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFIA..... 35

ANEXOS..... 37

INTRODUÇÃO

O sucesso da inclusão de alunos com deficiência na escola decorre das possibilidades de se conseguir progressos significativos desses alunos na escolaridade, por meio da adequação das práticas pedagógicas à diversidade do aprendiz. Esse sistema contrapõe-se à melhoria do ensino nas escolas, pois mantém ativos, os ensinos especiais, que atende aos alunos, por não conseguirem corresponder às exigências e expectativas da escola.

É um compromisso inadiável das escolas, pois a educação básica é um dos fatores do desenvolvimento econômico e social. A escola aberta para todos é grande meta e, ao mesmo tempo, o grande problema da educação na virada do século. A escola depois da família é o espaço fundamental para o processo de socialização da criança.

A necessidade de incluir os portadores de deficiência na escola leva o educador a aceitar o educando de formas iguais. Está havendo uma modificação do olhar a respeito da referida “clientela”, que agora passa a ser percebida como possuidoras de certas capacidades ainda limitadas, como por exemplo, a de aprendizagem.

Dentro das escolas inclusas, as crianças com necessidades educacionais especiais deveriam receber qualquer apoio extra que possam precisar, para que se lhes assegure uma educação efetiva. A necessidade de incluir os portadores de deficiência na escola leva o educador a aceitar o educando de formas

iguais. Os direitos das pessoas portadoras de deficiência são os mesmos de todas as pessoas. Está havendo uma modificação de olhar a respeito da referida “clientela”, que agora passa a ser percebida como possuidoras de certas capacidades ainda que limitadas, como por exemplos, o de aprendizagem. Pretende voltar à atenção para inclusão e participação que são essenciais a dignidade humana e ao gozo e exercícios dos direitos humanos.

Com base na pesquisa bibliográfica busca se subsidiar teoricamente a prática educativa para que os docentes passem a observar, a planejar ações que garantam uma inclusão que atenda as reais necessidades dos alunos PNE.

Nessa forma texto o presente trabalho de pesquisa científica aborda assuntos relevantes à inclusão: Introdução, Capítulo I Breve Histórico da Inclusão, Capitula II Princípios da escola inclusiva, no Capítulo III O direito a educação: o papel dos pais e educadores, no Capítulo IV educação inclusiva: Uma escola para todos e Considerações Finais.

CAPÍTULO I

BREVE HISTÓRICO DA INCLUSÃO

“A inclusão surgiu de uma idéia onde a sociedade se fundamenta a partir de uma filosofia que reconhece e valoriza características sobre a diversidade, tendo como cenário ética dos direitos humanos, a garantia o acesso à permanência e a participação de todos, dando oportunidades a cada individuo ou em grupo”. Afirma CLARIDIA apud DUTRA, (2004:8).

A identidade pessoal é muito importante na formação e na vida do individuo com N.E. E, pois oportuniza a sua independência social na construção da igualdade e na diversidade.

A identidade pessoal é construída a partir das relações familiares e sociais, através do respeito mútuo, valorizando cada ser dentro de suas necessidades, ou seja, valorizando sua capacidade seus limites procurando desenvolver sua personalidade e preparando para enfrentar as oportunidades que surgiu em sua vida.

Acompanhando a tendência dos países desenvolvidos, em 1990 o Brasil participou da conferência mundial sobre educação para todos, e assinou a declaração de Jontien de 1990, apud ARANHA (2004:15). Nesta declaração, os países relembram que “a educação é um direito fundamental de todos, mulheres e homens, de todas as idades, no mundo inteiro”.

Embora a inclusão da criança com deficiência na escola regular não seja um fato novo, principalmente em âmbito mundial, e a partir de 1994, com a publicação da ONU da chamada Declaração de Salamanca sobre princípios, políticos e pratica em educação especial, que o tema Educação Inclusiva ganha força, e coloca-se como meta dos países signatários da Declaração, inclusive o Brasil.

Em Junho, de 1994, dirigentes, de mais de oitenta países, se reuniram na Espanha e assinaram a Declaração de Salamanca, um dos mais importantes documentos de compromisso e garantia de direitos educacionais aos portadores de necessidades especiais. A declaração de Salamanca, afirma:

“Os direitos à educação de cada indivíduo, conforme mencionado na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948: e renovado a demanda feita pela comunidade mundial na conferência Mundial de Educação para todos em 1990 de assegurar os direitos de todos, independentemente de diferenças individuais”. (1994:103).

“Aqueles com necessidades educativas especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-lo dentro de uma pedagogia centrada na criança”. (SALAMANCA 1994:3)

É evidente que, quando se fala em escola inclusiva não se fala apenas das unidades que se arriscam à inclusão, pois é uma inovação, cujo sentido tem sido muito distorcido e uns movimentos muito polemizados pelos mais diferentes segmentos educacionais e sociais. No entanto, inserir alunos com déficits de toda ordem, permanentes ou temporários, mais graves ou menos severos no ensino nada mais é do que garantir o direito de todos à educação-e assim diz a Constituição Direita da PPNEE – Art. 58,59 e 60 LDB no 9394/96.

Integrar é fazer parte do processo educativo, é dar oportunidades para as pessoas portadoras de necessidades educativas a integrar no ensino. Todavia, apesar desses e de outros contra-sensos, sabemos que é normal à presença, acredito que o aprimoramento da qualidade do ensino e a adição dos princípios educacionais válidos para todos os alunos, resultarão naturalmente na inclusão escolar dos deficientes. O paradigma vigente de atendimento especializado é segregativo é extremamente forte e enraizado no ideário das instituições e na prática dos profissionais que atuam no ensino especial. Veja o que diz Mazzotta (1986:74).

“Enquanto modalidade de educação escolar entende-se a Educação Especial como um conjunto de recursos e serviços educacionais especiais organizados para apoiar, suplementar, em alguns casos substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação formal dos educandos que apresentam necessidades educacionais muito diferentes da maioria das crianças e jovens”.

A noção de integração tem sido compreendida de diversas maneiras, quando aplicada à escola. Os diversos significados que lhes são atribuídos devem-se ao uso do termo para expressar fins diferentes, sejam eles pedagógicos, sociais, filosóficos e outros. O número crescente de estudos referentes à integração e o

emprego generalizado do termo têm levado a muita confusão a respeito das idéias que cada caso encerra.

Falar de integração é falar em novas alternativas, em novas vias, é falar de desenvolvimento educacional. É necessário e urgente que haja a preparação de todos os professores sem exceção, para aceitarem e encarar as diferenças e necessidades individuais de cada criança prepará-las para abandonar o medo muni-las de novas atitudes, novas aquisições, novas competências.

Porque a falta de apoio pedagógico á essas necessidades especiais fazem com que crianças e adolescentes não estejam na escola. É preciso enfrentar novos desafios e reconhecer que justamente pela heterogeneidade de nossos alunos e diversidade que existe na escola, e na sociedade faz-se necessário algumas mudanças. E o Governo Federal e os órgãos competentes estão trabalhando para que a inclusão seja de fato prioridade para alunos portadores de NE.

A integração é um desafio aos professores e técnicos de educação especiais deverão dar lugar ao ensino regular. É por isso que não convém perder mais tempo com ações de integração tímidas e irrelevantes. É preciso enfrentar novos desafios...

Nos primeiros anos de vida os pais devem ser envolvidos na intervenção com os seus filhos deficientes, não só os educadores e o serviço público. Os pais devem ser os primeiros a criar estimulações e outras condições de aprendizagem básicas. Eles terão que ser preparados para os problemas de higiene corporal, de disciplina de isolamento, de segurança de recriação, de espaço, habitacional, estimulação mobilidades e aprendizagem.

Houve um aspecto decisivo a ser considerado, é a participação da família na vida escolar da criança. Antes os pais eram apenas informados sobre a vida escolar do aluno... Somente para providencias cabíveis. Hoje a família é o primeiro grupo que pertence ao indivíduo.

As atividades de estimulação auditiva e visual devem ser sistematizadas. A integração dos deficientes poderia começar na infância. Os pais às vezes não têm acesso a informações, quais são seus direitos a cerca da deficiência e da negligencia que os filhos sofrem na escola, muitas vezes ocorre por banalidades e falta de informações corretas.

Segundo APAE / RO (2007:15): “*A escola depois da família, é o espaço primeiro e fundamental para o processo de socialização da criança*”. A família é o primeiro grupo que pertence ao indivíduo. Em grupo social natural que administra seus membros dos instintos e externos. ,

CAPÍTULO II

PRINCÍPIOS DA ESCOLA INCLUSIVA

A noção de inclusão tem sido compreendida de diversas maneiras, quando aplicada à escola. Os diversos significados que lhes são atribuídos devem-se ao uso do termo para expressar fins diferentes, sejam eles pedagógicos, sociais ou filosóficos. Para Stainback:

“O ensino inclusivo é a prática da inclusão de todos independentes de seu talento, deficiência, origem socioeconômica ou cultural, em escolas e salas de aula provedoras, onde todas as necessidades dos alunos são satisfeitas”. (1999:22)

O número crescente de estudos à inclusão escolar e o emprego generalizado do termo têm levado a muita confusão a respeito das idéias que cada caso encerra. Segundo o MEC a inclusão na escola seria o processo pelo qual ela adapta, se transforma para poder inserir em suas classes regulares crianças e jovens portadores de deficiência que estão em busca de seu pleno desenvolvimento e exercício da cidadania.

A inclusão é uma das opções de inserção do aluno portador de necessidades especiais nas escolas, e questiona as políticas e a organização da educação especial e regular.

A inclusão causa uma mudança de perspectiva educacional, pois se limita a ajudar somente os alunos que apresentam dificuldades na escola, mas apoiar a todos: professores, alunos, pessoal administrativo, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral.

Para que o professor tenha sucesso com seus alunos, primeiramente precisa conhecer a fundo as diferenças individuais de cada um. A partir do momento inicial de seu trabalho, é preciso valorizar as histórias de vida dos seus alunos para sintonizar o ensino com a bagagem que a criança traz de casa. O trabalho coletivo pode trazer grande parceria de conhecimento, pois cada um tem uma forma de pensar e agir. Quando isto acontece o professor deve estar atento a cada manifestação de seu aluno, pois as diferenças culturais faz com que cada um aprenda de forma diversificada, uns aprendem com mais rapidez, outros mais lentos, mas todos são capazes de construir seus conhecimentos.

O papel do professor é ensinar a planejar ações, a confrontar pontos de vista a chegar a um objetivo comum tendo como base fundamental; confiança na capacidade de seus alunos. Portanto, é necessário rever o grau de conhecimento dos seus alunos, trabalhar com as dificuldades de cada um, entender e compreender o que cada um pense, e o porquê de suas dificuldades.

Quando o professor aprende a conviver com as diferenças sem preconceitos e discriminação, ele exclui o aluno no processo educativo adequado ao sistema educacional, onde as deficiências não são vistas isoladamente, mas deve fazer parte de uma estratégia global de Educação e visar as suas finalidades gerais. Segundo Xavier apud Stainbach (1999:24).

“A educação especial, como parte integrante da educação geral, constitui-se num conjunto de recursos pedagógicos e dos serviços de apoio que facilitam a aprendizagem de todos os alunos com necessidades educativas especiais, inclusive daquele com deficiência”.

Para isso, é preciso que haja melhoria da qualidade de ensino e aprendizagem para todos. O professor deve buscar o respeito e as diferenças, que não podem ser vistas como obstáculo para o cumprimento da ação educativa, mas que podem, e devem ser fator de enriquecimento. Não se pode negar os condicionantes orgânicos, socioculturais e psíquicos que estão associados a vários tipos de diferenças ou influências que esses fatores podem exercer no sucesso e no insucesso escolares. Mas não se pode afirmar que a hegemonia desses fatores seja determinante na casualidade do fracasso escolar ou justificativa para uma ação escolar pouco eficaz.

As manifestações de dificuldades de aprendizagem na escola apresentam-se como um processo contínuo, que envolve desde situações leves e transitórias, que podem resolver espontaneamente no curso do trabalho pedagógico. Não se trata de um novo currículo, mas de um currículo dinâmico, alterável, passível de aplicação para que atenda realmente a todos os educandos.

Entre as características que apresentam, destaca-se a flexibilidade, isto é, a não obrigatoriedade de que todos os alunos atinjam o mesmo grau de abstração ou de conhecimento, num tempo determinado, e a presença de alunos com grau de conhecimento diversificado. Da mesma forma é necessário definir um cronograma adequado às condições de cada um. O trabalho deve ser organizado de forma a garantir os educadores possam elaborar estratégias de atividades, para que o aluno não sinta discriminação pela turma.

No entanto os trabalhos em grupo ajudam as crianças a desenvolverem sua capacidade de pensar e criar, aumentando assim, a sua auto-estima, criando um novo mecanismo de pensar diante de um problema, com novos desafios capazes de superar suas dificuldades. Os direitos das pessoas portadoras de deficiência são os mesmos de todas as pessoas. Está havendo uma modificação do olhar a respeito da referida “clientela”, que agora passa ser percebida como possuidoras de certas capacidades ainda limitadas, como por exemplo, a de aprendizagem.

De acordo com os critérios estabelecidos pelo MEC o princípio fundamental da escola inclusiva é de que todas as crianças deveriam aprender juntas independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que possam ter. As escolas inclusivas devem reconhecer e responder às diversas necessidades de seus alunos, acomodando tanto estilos como ritmos diferentes de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos, por meios de currículos, apropriadas modificações organizacionais, estratégias de ensino, uso de recursos e parcerias com a comunidade. Dentro das escolas inclusivas, as crianças com necessidades educacionais especiais deveriam receber qualquer apoio extra que possam precisar, para que lhes assegure uma educação efetiva. O motivo que sustenta a luta pela inclusão como uma nova perspectiva para as pessoas com deficiência é, sem dúvida, a qualidade ensino nas escolas públicas e privadas, de modo que se tornem aptas para responder às necessidades de cada um de seus

alunos, de acordo com suas especificidades, sem cair nas teias da educação especial e suas modalidades de exclusão.

O sucesso da inclusão de alunos com deficiência na escola regular decorre das possibilidades de se conseguir progressos significativos desses alunos na escolaridade, por meio de adequação das práticas pedagógicas à diversidade dos aprendizes. E só se consegue atingir esse sucesso, quando a escola assume que as dificuldades de alguns alunos não são apenas deles, mas resultam em grande parte do modo como o ensino é ministrado e a aprendizagem é concebida e avaliada. Pois não são apenas os deficientes que são excluídos, porém os que são pobres, as que não vão às aulas porque trabalham as que pertencem a grupos discriminados, as que de tanto repetir que desistam de estudar.

2.1 O QUE É UMA ESCOLA INCLUSIVA?

Toda criança precisa de escola para aprender e não para marcar passo ou ser segregada em classes especiais e atendimento à parte.

Segundo: MAZZOTTA, (1986:117).

"A trajetória escolar não pode ser comparada a um rio perigoso e ameaçador, em cujas águas os alunos podem afundar. Mas há sistemas organizacionais de ensino que tornam esse percurso muito difícil de ser vencida, uma verdadeira competição entre a correnteza do rio e a força dos que querem se manter no seu curso principal".

Um desses sistemas, que muito apropriadamente se domina "de cascata", prevê a exclusão de algumas crianças, que tem déficits temporários ou permanentes e em função dos quais apresentam dificuldades para aprender. Esse sistema contrapõe-se à melhoria do ensino nas escolas, pois mantém ativo, o ensino especial, que atendem aos alunos que caíram na cascata, por não conseguirem corresponder às exigências e expectativas da escola regular. Para se evitar a queda na cascata, na maioria das vezes sem volta, é preciso remar contra a correnteza, ou seja, enfrentar os desafios da ilusão: o ensino de baixa qualidade e a subestima de ensino especial, desvinculado e justaposto ao regular.

Se hoje já podemos contar com Lei Educacional que propõe e viabiliza novas alternativas para a melhoria do ensino nas escolas, estas ainda estão longe, na maioria dos casos, de se tornarem inclusivas, isto é, abertas a todos os alunos,

indistinta e incondicionalmente. O que existe em geral são projetos de inclusão parcial, que não estão associados a mudanças de base nas escolas e que continuam a atender aos alunos com deficiência em espaços escolares semi ou totalmente segregados.

As escolas que não estão atendendo alunos com deficiência em suas turmas, justificam-se na maioria das vezes pelo despreparo dos professores para esse fim. Existem também as que não acreditam nos benefícios que esses alunos poderão tirar da nova situação, especialmente os casos mais graves, pois não teriam condições de acompanhar os avanços dos demais colegas e seriam ainda mais marginalizados e discriminados do que nas classes e escolas especiais.

2.2 OS PRINCÍPIOS DA ESCOLA INCLUSIVA

Percebemos que é preciso mudar a escola e o ensino que nela é ministrada. A escola aberta para todos é a grande meta e, ao mesmo tempo, o grande problema da educação na virada do século. Mudar a escola é enfrentar desafios. Destacaremos as que consideramos primordiais, para que se possa transformar a escola, em direção de um ensino de qualidade e, em consequência, inclusiva. Segundo Sasaki (1999), temos de agir urgentemente:

- Colocando a aprendizagem como eixo das escolas, por que foi feita para fazer com que todos os alunos aprendam.
- Garantindo tempo para que todos os alunos possam aprender e reprovando a repetência.
- Abrindo espaço para que a cooperação o diálogo, a solidariedade, a criatividade e o espírito crítico sejam exercitados nas escolas, por professores, administradores, funcionários e alunos, pois são habilidades mínimas para o exercício da verdadeira cidadania;
- Estimulando, formando continuidade e valorizando o professor que é o responsável pela tarefa fundamental da escola – a aprendizagem dos alunos;
- Elaborando planos de cargos e aumento de salários, realizando concursos públicos de ingresso, acesso e remoção de professores.
- Para melhorar as condições pelas quais, o ensino é ministrado nas escolas, visando universalizar o acesso, ou seja, a inclusão de todos; incondicionalmente,

nas turmas escolares e democratizar a educação, sugerimos o que, felizmente, já estão ocorrendo em muitas redes de ensino, verdadeiras vitrines que expõem o sucesso da inclusão.

Segundo XAVIER, apud Sasaki (1999:52):

“É preciso que o professor esteja atento, ainda, às diferenças culturais, regionais e de classes social, que muitas vezes implicam em vivência e valores diferentes daqueles apresentados por ele mesmo e pelos outros alunos”.

Portanto para que haja uma educação de qualidade é preciso estimular as escolas para que elaborem com autonomia e de forma participativa o seu Projeto Político Pedagógico, diagnosticando a demanda, ou seja, verificando quantos são os alunos, onde estão e porque alguns estão fora da escola.

Sem que a escola conheça os seus alunos e os que estão à margem dela, não será possível elaborar um currículo escolar que reflita o meio social e cultural em que se insere. A integração entre as áreas do conhecimento e a concepção transversal das novas propostas de organização curricular considera as disciplinas acadêmicas como meios e não fins em si mesmas a parte do respeito à realidade do aluno, de suas experiências de vida cotidiana, para chegar à sistematização do saber.

A maioria dos professores tem uma visão funcional do ensino e tudo o que ameaça romper o esquema de trabalho prático que aprenderam a aplicar em suas salas de aula é rejeitado. Também reconhecemos que as inovações educacionais abalam a identidade profissional, e o lugar conquistado pelos professores em uma dada estrutura ou sistema de ensino, atentando contra experiências, os conhecimentos e o esforço que fizeram para adquiri-los. Eles esperam aprender uma prática inclusiva, ou melhor, uma formação que lhes permita aplicar esquema de trabalho pré-definido às suas salas de aulas, lhes garantido a solução dos problemas que presumem encontrar nas escolas inclusivas.

O professor, como qualquer ser humano, tende a adaptar uma situação nova às anteriores. E o que é habitual, no caso dos cursos de formação inicial e na educação continuada, é a separação entre a teoria e a prática. Essa visão dicotômica do ensino dificulta a nossa atuação, como formadores. Os professores reagem inicialmente à nossa metodologia, porque estão habituados a aprender de maneira incompleta, fragmentada, e essencialmente instrucional.

Acreditam que os conhecimentos que lhes faltam para ensinar as crianças com deficiência ou dificuldade de aprender por outras incontáveis causas referem-se primordialmente à conceituação, etiologia, prognósticos das deficiências específicas para aprendizagem escolar desses alunos.

A proposta de formação se baseia em princípios educacionais construtivas, pois reconhecemos que a cooperação, a autonomia intelectual e social, a aprendizagem ativa e a cooperação são condições que propiciam o desenvolvimento global de todos os alunos, assim como a capacitação e o aprimoramento profissional dos professores.

CAPÍTULO III

O DIREITO À EDUCAÇÃO – O PAPEL DOS PAIS E EDUCADORES

Neste momento fala-se em exclusão: A exclusão da escola, para poder se falar da escola inclusiva. A escola durante um longo período de tempo se configurou em um dos espaços mais marcantes da exclusão. Trabalhando com uma lógica de homogeneidade, que parte dos princípios que os iguais devem ser agrupados entre os iguais, a escola tem, sistematicamente, incluindo de seu espaço todos aqueles considerados muito diferentes, principalmente aqueles que temos chamado de pessoas com diferenças significativas, pessoas cuja diferença lhes confere um lugar social específico: são as crianças com deficiências, as crianças com distúrbios globais do desenvolvimento, crianças em sofrimento psíquico.

A escola inclusiva não é feita de boas intenções, é feito de ações concretas, que possibilitam a todas as crianças o aprendizado. A construção da escola inclusiva é um projeto coletivo, que passa por uma reformulação do espaço escolar como um todo, desde espaço físico, dinâmica de sala de aula, passando por currículo, formas e critérios de avaliação. É o que se chama de Inclusão com responsabilidade, que implica compromisso com o processo educacional por parte de todos que nele estão envolvidos: Professores, pais, diretores, dirigentes, secretários de educação, comunidade etc. A pessoa portadora de deficiência, no seu processo de socialização, pode incorporar as crenças da sociedade e desenvolver uma auto imagem de pessoa incapaz. A oportunidade de convívio com pessoas não portadoras de deficiência torna possível uma vida de normalidade para o portador de

deficiência, que pode se perceber como uma pessoa capaz e se desenvolver em todos os aspectos.

A segregação vivenciada pelas pessoas com deficiência, em consequência da não aceitação e da dificuldade de crianças e adultos em lidar e conviver com o portador de deficiência acontece também, por causa da desinformação generalizada da sociedade a respeito das deficiências.

A determinação de incluir os deficientes físicos e mentais nas escolas regulares-movimento pela qual passa a educação especial no Brasil já era lei na França em 1975. Mas lá, como aqui, os primeiros anos de prática de inclusão foram cheias de incerteza e desculpas. Para acabar com os obstáculos criados pela falta de informação, o governo francês instituiu comissões departamentais, com a missão de ajustar a formação de Professores.

Pierre Benaych apud Souza (1998:85) conta que hoje,

“a grande maioria dos deficientes franceses freqüenta a escola maternal (até 6 anos) e segue os cursos elementares (6 a 11 anos) e colegial (11 a 17 anos) até onde for possível. E os limites estão sendo quebrados a cada ano. Quase 100% dos portadores de síndrome de Down, por exemplo, estão na escola maternal e cerca de 73% deles freqüentam o curso elementar, após o qual seguem para os profissionalizantes”.

Durante 15 anos Pierre Benaych dirigiu a comissão departamental de inclusão do Val-du-marne (região de Paris) e os cursos suplementares de formação de professores. A síndrome de Down é uma deficiência genética e está entre causa mais comuns de atraso mental. Quando o especialista francês esteve no Brasil para uma série de palestras e encontros com profissionais da área de educação e de instituições de assistência aos deficientes.

“No inicio houve muita resistência do setor educativo e a desculpa mais freqüente era a falta do preparo dos professores”, diz Benaych, apud Souza (1998:85). “Também era freqüente o temor dos pais de crianças normais, de que as deficiências fossem contagiosas ou pudessem prejudicar o rendimento escolar de seus filhos”.

Com um novo modelo de professor, a escola passaria a dar resposta às suas necessidades, ajustando a todo tipo de casos. Esta seria a verdadeira educação espacial tornando cada criança deficiente como um caso especial. O

processo de integração não é fácil, nem simples, só que não convém perder mais tempo com ações de integração tímida e irrelevante.

Nos primeiros anos de vida os pais devem ser envolvidos na intervenção com seus filhos deficientes, não só os educadores e o serviço público, os pais devem ser os primeiros a criar condições de aprendizagem básicas. Eles terão de ser preparados para os problemas de higiene corporal, de disciplina, de isolamento, de segurança, de recreação, de espaço, habitacional, estimulação, mobilidade e aprendizagem. As atividades de estimulação auditivas e visuais devem ser mais sistematizadas. As integrações dos deficientes poderiam começar na infância. Os pais às vezes não têm informações claras acerca da deficiência e da negligência para com eles, muitas vezes por banalidade, falta de informação correta cometeram grandes equívocos.

A família é o primeiro grupo a que pertence o indivíduo. Em um grupo social natural que administra seus membros dos instintos externos. A educação Especial deve ocorrer na instituição escolar destinada à educação infantil, ao ensino fundamental, médio e a educação superior, de modo a propiciar o pleno desenvolvimento das potencialidades sensoriais, afetivas e intelectuais do aluno, utilizando-se de um projeto político pedagógico que contemple as normas comuns. A formação do aluno tem início na Educação Infantil de 0 a 6 anos, em creches e em turmas de Pré-Escolar, no ensino fundamental, no ensino médio (incluindo a educação de jovens e adultos) e na educação superior. Essa formação é ampliada ao se utilizarem os serviços e apoios pedagógicos especializados. A educação especial para o trabalho efetiva-se por meios de programas de preparação para o trabalho (em oficinas pedagógicas, em cursos profissionalizantes) adaptado para o acesso das pessoas com necessidades especiais. Os currículos devem ter uma base nacional comum conforme determina os artigos 26 e 27 da LDB, a ser pelas características do alunado.

3.1 OS PAIS ESPERAM: OS PROFISSIONAIS EXIGEM.

Os pais devem fornecer informações sobre sua intimidade familiar ao profissional, tornando-se os interrogados. Os profissionais para analisar a situação da família e estabelecer um plano de trabalho, assumem o papel do interrogador. Os

pais apresentam sentimentos de culpa quando não conseguem dar conta de todas as recomendações. Os profissionais, quando descobrem falhas na avaliação da evolução da criança, sempre as reputam aos pais, e não ao seu planejamento, com isso aumentando ainda mais os seus sentimentos de culpa.

É de extrema importância que o profissional, ao trabalhar com famílias adote uma postura sócio-educativa, de trocas, numa relação horizontal, tendo sempre em mente que: A realidade social e a dinâmica familiar requerem que o profissional respeite a individualidade de cada família, procurando não fazer julgamentos de valor.

É preciso que o profissional utilize uma linguagem clara, criando atmosfera aberta e informal que permita aos pais sentirem-se à vontade para se colocar, fazer perguntas, esclarecer dúvidas. Nesse diálogo de discussões de alternativas com a família, estará contribuindo para desenvolver mecanismos de reflexão e assumindo um papel mais de ajudá-la a refletir do que pensar por ela, mais de questionar do que discursar, mais de assessorar do que decidir, contribuindo assim para o seu desenvolvimento como um ser no mundo. Como mediador, é importante que o profissional se questione sempre. “É esse o mundo que quero para os portadores de deficiência e suas famílias? É possível criar, reinventar, enriquecer o meio ambiente, os modos de vida, a sensibilidade, possibilitando assim alguma transformação em suas vidas”?

Podemos afirmar que somente as parcerias entre os pais e profissionais poderá assegurar a inclusão dos PNE em nossa sociedade, de acordo com a Declaração de Mader, apud Aranha (2005:59). Queremos uma sociedade baseada na igualdade, na justiça, na equiparação e na interdependência, que assegure uma melhor qualidade de vida para todos, sem discriminação de nenhum tipo, que reconheça e aceite a diversidade como fundamento para a convivência social. Uma sociedade onde primeiro seja a condição de pessoa, de todos os seus integrantes, sua autodeterminação, sua contribuição à vida comunitária e seu pleno acesso aos bens sociais.

Para que o individuo adquira a noção de justiça, que se estende ao pleno da cidadania, é preciso que tenha incorporado às regras com base no respeito mutuo, na cooperação e não no respeito unilateral e na coação.

Essas noções, que devem ser adquiridas na família, pressupõem, pais que sejam capazes de exercerem esse sentido de justiça em suas próprias vidas, que consigam respeitar os limites da autonomia, que envolva tanto o sentido de si como do outro, em busca de um ambiente mais propício ao desenvolvimento de seus filhos.

O mais importante, ao trabalharmos com famílias, é valorizá-las enquanto espaços da identidade social básica de qualquer criança, tendo em vista a formação de sua cidadania. Também é necessário que desenvolva a tolerância pela diversidade humana, isto é, que, sejamos capazes de primeiramente enxergar as diferenças étnico-culturais da sociedade em que vivemos e que aprendamos a respeitar politicamente estas diferenças. Isto significa que precisamos evitar paradigmas de família regular x família irregular, de família pobre, família desorganizada, grande responsáveis pela existência de preconceitos que produzem as atitudes inadequadas em relação às famílias de crianças que freqüentam as nossas instituições.

Segundo a idéia de Solange Professora Universitária do Rio de Janeiro:

“Para ela, aceitar implica em que a pessoa que aceita não se torne mais infeliz, diminuída ou diferente por possuir uma criança deficiente. E assumir implica em que a pessoa tome providências, inclusive participando delas, a fim de que aquilo que for necessário fazer para abordar o problema da criança seja feito”. (Revista Nova Escola, 2004:10)

Daí a importância de se trabalhar com grupos de pais, para que não percam sua identidade como pessoas em primeiro lugar, pais em segundo e pais de uma pessoa portadora de deficiência em terceiro lugar.

CAPÍTULO IV

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UMA ESCOLA PARA TODOS

Desde o Brasil Imperial, pode-se constatar registros que revelam preocupações governamentais com uma educação de qualidade para todos, os documentos oficiais, como a constituição de 1824 previa o Ensino Primário Universal gratuito.

A criança portadora de necessidades especiais, além do direito tem a necessidade de cursar uma escola normal. A escola na nossa cultura é uma representante na sociedade. Portanto, alguém que frequenta a escola se sente mais reconhecido socialmente do que aquele que não frequenta.

Sabe-se que existe preconceito quanto ao deficiente, seja qual for o problema ou o grau de deficiência apresentado. É longa a história de sua marginalização em nossa cultura. Felizmente, hoje, tenta-se minimizar os efeitos de tantos anos de exclusão.

A criança especial na escola modificou toda uma conduta que se projetou nos alunos. A solidariedade entre eles foi o que mais nos chamou atenção. Afeririam-se para ajudar, para empurrar a cadeira de rodas, para acompanhar ao banheiro e chegavam a fazer revezamento na hora de auxiliar o colega a copiar as tarefas do quadro negro.

4.1 ASPECTOS A SEREM CONSIDERADOS PARA UMA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO PARA TODOS COM RELAÇÃO AO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA

É preciso ser preparado para atuar no espaço escolar, conhecendo-o antes, respeitando e identificando suas dificuldades e possibilidades, ter oportunidades e usufruir a escola comum, ter sua deficiência interpretada como condição dinâmica que envolve aspectos individuais e sociais segundo Aranha (2005).

4.1.1 COM RELAÇÃO À FAMÍLIA DO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA.

Ter informações e compreensão das condições do Portador de Deficiência a fim de desenvolver seu potencial, dimensionar as expectativas corretamente para com a escola e especialmente com o professor, mediante conhecimento claro de sua função e possibilidades, atuar com a escola e compartilhar responsabilidades, assumindo direitos e deveres envolvidos na educação escolar.

4.1.2 COM RELAÇÃO À SOCIEDADE

Civil: Possibilitar: A revisão das concepções sobre o portador de Deficiência e sobre o papel da escola; trabalho voltado à conscientização por pessoas solidárias; por grupos estruturados para a defesa da cidadania; pelos serviços organizados; pelas campanhas de esclarecimentos da população; principalmente as famílias que são a primeira identificação da criança, na qual a aprendizagem alicerçada iniciando o trabalho no mundo dos pais. O qual precisa ser alicerçado no ceio familiar.

Política: Redimensionar as diretrizes norteadoras de ação dos órgãos públicos, de ação governamental global, dos investimentos financeiros a partir da visão dinâmica das condições das instituições que assistem ao portador de deficiência visando o direito à educação continuada, à cultura, ao lazer, ao esporte proporcionando uma educação de qualidade para que o educando portador de necessidades de educativas especiais seja integrado na sociedade como um cidadão trabalhista.

4.1.3 COM RELAÇÃO À ESCOLA

Como a escola pode se preparar para incluir o aluno portador de deficiência.

- Sensibilizando e capacitando toda a comunidade escolar;
- Reorganizando seus recursos materiais e físicos;
- Sensibilizando os pais de alunos deficientes e não deficientes, sobre a questão da inclusão;
- Envolvendo entidades e órgãos da comunidade no processo da inclusão.

Vale a pena enfatizar a importância da comunicação entre a escola e a família da criança portadora de deficiência. O sistema de ensino deve definir diretrizes para uma organização abrangente (autonomia financeira, administrativa e didática) de modo a incluir o atendimento de alunos portadores de deficiência nos serviços comuns e, se necessário, com recursos especiais; orientar as escolas sobre procedimentos didáticos e administrativos para favorecer a inclusão de portadores de deficiência as classes comuns; reconhecer a validade dos serviços e auxílios de Educação Especial como recursos que apóiam e suplementam a educação escolar regular.

4. 2 PESQUISA DE CAMPO

Os dados obtidos sobre educação inclusiva foram realizados na Escola de Ensino Fundamental e Médio Manuel Bandeira na qual atende várias deficiências. Os alunos atendidos por esta instituição são alunos que estudaram na APAE por alguns anos e outros iniciaram seus estudos na própria escola.

De acordo com a LDB que trata dos direitos dos alunos, busca propor uma educação inclusiva de fato.

A pesquisa de campo comentada aqui neste texto refere-se a um aluno que frequenta o Ciclo Básico de aprendizagem, 1º Período que corresponde. 1ª série do Ensino Fundamental. É portador de deficiência auditiva tem 14 anos de idade, foi aluno da APAE e no ano de 2005 por livre espontânea vontade pediu para estudar na escola regular, devido ter colegas que estudam neste estabelecimento.

A lei garante que o aluno com deficiência auditiva terá direito a serviços de interprete de língua de sinais, Cabe à escola promover as adequações

necessárias para que este aluno seja atendido de forma a corresponder às expectativas deste educando.

O aluno observado além das atividades realizadas na sala de aula, tem atendimento individualizado no período contrário na sala de recursos pedagógicos que tem como objetivo complementar as atividades propostas pela professora da sala e com o compromisso de ensinar realmente este aluno para que o mesmo participe da vida social de sua comunidade.

O trabalho é coordenado por professores com formação específica para a deficiência com jogos educativos e pedagógicos, além de utilização de recursos variados.

O ingresso do aluno se deu em um processo normal, apresenta boa socialização com as outras crianças, é um aluno calmo e bastante esforçado.

Em grupos de estudos nos quais observamos, a professora relata ter um pouco de dificuldade, pois não consegue dar atenção a todos os alunos, mas sempre que necessário faz intervenções pedagógicas e pertinentes ao conteúdo estudado. Fazem registros como relatórios e fichas de acompanhamento para verificar a aprendizagem dos alunos.

4. 2.1 DEPOIMENTO DA PROFESSORA: S.A.M.S.

“Eu sou a favor da inclusão e acredito que ela possa dar certo”. Mas, vai exigir todo um envolvimento da escola, principalmente do professor. Infelizmente a inclusão aconteceu de uma forma despreparada, tornando algumas vezes exclusão.

Existe inclusão social e de aprendizagem, como interceder ao aluno se muitas vezes não sabemos como proceder com o aluno?

No caso dos D.A, eles precisam ter acompanhamento de um profissional habilitado para trabalhar os conteúdos, e na sala a professora trabalha os conteúdos normais, com libras. É mais forte nesse caso, a inclusão social. Quando eles se alfabetizam, fica mais fácil a compreensão deles em sala. É um pouco complicado auxiliar os D.A, pois exige atendimento individualizado, sendo necessário sala com menos alunos e no máximo com 2 alunos PNEE por sala. É

importante respeitar a faixa etária ou mental para que ele se familiarize ao ambiente e se adeqüe às atividades.

A inclusão está aí e ficou o professor o responsável pelo sucesso ou não. Implantar leis é fácil, dar o suporte é que é difícil. Espero que esse não seja apenas mais um modismo onde o prejudicado, a vítima venha a ser o aluno.

Todos têm direito a educação, mas de qualidade, que desenvolva a aprendizagem e o respeito à cidadania.

“A escola tem procurado atender dentro das suas possibilidades e dispõe de uma equipe gestora que está sempre fazendo reflexões sobre a inclusão.”

Esse trabalho tem despertado nos profissionais uma preocupação e um desafio, pois direito a freqüentar a escola todas as crianças têm, então cabe a escola ir se adequando as novas exigências da LDBEN e LDB.

Em entrevista feita com 10 profissionais desta escola na qual estão envolvidos no processo de inclusão dizem que:

Dos dez professores que foram entrevistados a questão número um, 90% afirmam que é possível, mas com alguns entraves, 10% acham que é impossível de ser realizados. Sendo que a questão número dois, 80% acreditam que a escola não está preparada para receber os alunos portadores de necessidades educativas Especiais e 20% percebe-se que a escola já faz seu papel. Para o número três, 100% dos entrevistados vêem a escola com muitas dificuldades. E à questão número quatro, 100% vêem que as famílias não participam do processo da Inclusão em sala de aula.

Das famílias que foram entrevistadas, corresponde uma porcentagem bastante elevada.

4. 2. 2 RELATÓRIO

Em uma entrevista realizada com a mãe do aluno C.D.S. de 14 anos de idade P.N.E. a mãe afirma que o filho estudou na APAE desde pequeno, por livre espontânea vontade quis freqüentar uma escola regular neste corrente ano.

A mãe afirma que o filho se sentia muito bem na APAE. Era participativo e socializava com os demais colegas. Devidamente em gostar muito da escola, o mesmo se sentiu interessado em estudar na mesma.

A mãe relata que é importante o relacionamento do filho com demais colegas da escola, que ele é muito inteligente e dedica pelas aulas; o que ela vê é que a escola está preocupada cada vez mais a aprimorar os conhecimentos, para que possa fazer um trabalho de qualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa sobre a Inclusão dos portadores de necessidades especiais: Sonho ou realidade, nas escolas de ensino regular foi possível perceber, mesmo que superficialmente, os vários entraves que impedem a consolidação da qualidade da escolarização do deficiente. As instituições escolares precisam ser lugares onde se aprenda, mediante a prática cotidiana, analisar como e porque as discriminações surgem que significado deve ter as diferenças coletivas e individuais.

Portanto, é imprescindível se pensar em alternativas que aproximem os processos de ensino da educação inclusiva. Devem-se garantir uma interlocução da educação exclusivista como as discussões mais amplas que a educação vem realizando, desencadeadas com a exigência de novas demandas e novos atores sociais que acabaram advindo à dinâmica das salas de aula e que vem contribuindo para o debate curricular.

Assim sendo, o que parece não ser claro para os professores é que, sua prática não pode ser introduzida em uma teoria, o processo deve ser de construção de conceitos, práticas na relação entre o sujeito objetos de conhecimento que expressam formas de apreensão da deficiência e do ensino.

A necessidade de incluir os portadores de deficiência na escola leva o educador a aceitar o educando de formas iguais. Os direitos das pessoas portadoras de deficiência são as mesmas de todas as pessoas. Está havendo uma modificação do olhar a respeito da referida “clientela”, que agora passa a ser percebida como

possuidoras de certas capacidades ainda que limitadas, como por exemplo, a de aprendizagem.

O papel do professor é ensinar a planejar ações, a confrontar pontos de vista e chegar a um objetivo comum tendo como base fundamental, a confiança na capacidade de seus alunos, participação da família, professor que trabalha em conjunto, bem organizado. Portanto, é necessário rever o grau de conhecimento dos seus alunos, trabalhar com as dificuldades de cada um, entender compreender o motivo de suas dificuldades de aprendizagem e saber trabalhar para superá-las.

Para isso, é preciso a melhoria da qualidade de ensino e aprendizagem para todos. O professor deve buscar o respeito às diferenças, que não podem ser vistas como uns obstáculos para o cumprimento da ação educativa, mas que podem, e devem ser fator de enriquecimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APAE. **Ensinando a aprender**. *Considerações sobre os direitos das pessoas com deficiência*. Vilhena, 2007.

ARANHA. Maria Salete Fábio. **Educação inclusiva**: a fundamentação filosófica. Brasília: SEESP/MEC, 2004.

_____. **Saberes e práticas da inclusão**: recomendações para a construção de escolas inclusivas. SEESP/MEC. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005.

CARVALHO, R, E. **Integração e inclusão do que estamos falando?** In: **Educação especial: tendências atuais**. Rio de Janeiro: Associação de comunicação educativa Roquette – Pinto, 1998.

COORDENADORIA nacional para integração de pessoa portadora de deficiência. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília, 1994.

DECLARAÇÃO de SALAMANCA. **Linha de ação sobre necessidade educativa especiais**. Brasília: CORDE, 1994.

DUTRA, Claudia Pereira. **Direito à diversidade**. Brasília, Programa Educacional Inclusiva, 2004.

LDB, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, Lei Nº 9.394/96.

MAZZOTTA, Marcos Jô da S. **Educação escolar: comum ou especial?** São Paulo, Pioneira, 1986.

REVISTA, Nova Escola. Edição Abril 2004.

SASSAKI, Romeu K. **Inclusão construindo uma sociedade para todos**: Rio de Janeiro: WYA, 1999.

SOUZA, SL, e Silves, *EFM*. **Crianças normais e especiais**. O desafio da convivência escolar. *Pediatria Moderna*, 1998.

STAINBACK, Suzan & STAINBACK, Willian. **Inclusão**: um guia para educadores. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

ANEXOS

PESQUISA DE CAMPO SOBRE INCLUSÃO

1-Como você vê a inclusão na realidade educacional nos dias atuais?

-) Impossível de ser realizados
-) Possível, mas com alguns entraves
-) Totalmente viável
-) Outro _____

2- Porque há tantas dificuldades para se trabalhar com alunos PNEES?

-) A escola não está preparada
-) Os professores não demonstram abertura para atende-los
-) Há necessidades de maior divulgação e mais cursos para preparar os professores
-) Outro _____

3- Como a educação inclusiva vem acontecendo na sua escola?

-) Com muitas dificuldades
-) Normal dentro das possibilidades
-) Ainda não é possível acontecer
-) Outro _____

4-Como as famílias contribuem ou participaram do processo de inclusão?

-) Procuram a escola constantemente
-) Demonstram interesse pelo desempenho escolar do filho
-) Não participam
-) Outro _____

QUESTIONÁRIO

C.D.F. 14 ANOS.

1- Quanto tempo seu filho freqüentou a APAE?

R: Estudou na APAE desde pequeno, e foi ele que quis ir para a escola neste ano.

2- Como ele se sentia na APAE?

R: Muito bem, ele almoçava lá todos os dias e duas vezes na semana, tinha aula de libras.

3- Como foi a aceitação de sair da APAE e ir para uma escola regular?

R: Foi por iniciativa dele, gostou muito da nova escola.

4- O que a senhora espera de seu filho? E qual é sua expectativa diante da inclusão?

R: Acho que é importante o relacionamento com outras crianças que ele é muito inteligente e que gosta de estudar e fazer as tarefas.

5- Como ele se sente em relação aos colegas e a escola?

R: Tem um bom relacionamento com os colegas.